

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA

Andrea Januzi Lins

O IMPACTO DA LEI 10.639 NA RETIRADA DAS/OS ALUNAS/OS E
PROFESSORAS/OS DA ZONA DE CONFORTO: discutindo o racismo e as discriminações
outras.

Belo Horizonte

2016

Andrea Januzi Lins

O IMPACTO DA LEI 10.639 NA RETIRADA DAS/OS ALUNAS/OS E PROFESSORAS/OS DA ZONA DE CONFORTO: discutindo o racismo e as discriminações outras.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Dra. Lilian C. B. Gomes

Belo Horizonte

2016

Andrea Januzi Lins

O IMPACTO DA LEI 10.639 NA RETIRADA DAS/OS ALUNAS/OS E PROFESSORAS/OS DA ZONA DE CONFORTO: discutindo o racismo e as discriminações outras

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Dra. Lilian C. B. Gomes

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Nome da orientadora: Dra. Lilian C. B. Gomes Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

Agradecimento

Quando olhamos para o nosso lado e vemos alguém que está sempre presente, uma pessoa que nunca nos deixa desanimar, só podemos estar gratos. E eu tive a sorte de encontrar você, moção (Rony). Você é uma criatura linda que Deus colocou em meu caminho, divide comigo todos os momentos, alegrias, tristezas, ganhos, perdas, me abraça quando faz falta um abraço e me dá uma dura quando preciso. Estou agradecida a você e não sei neste instante como retribuir tanto carinho, mas é claro que encontrarei uma maneira de fazê-lo.

Agradeço a bênção, a dádiva enorme que é poder compartilhar a vida com pessoas tão maravilhosas como as minhas filhas: Polyana; Gabriella; Lorryne; meus genros; sobrinha Luana, irmãs Juliana; Adriana e cunhadas Aury; Débora, prima Aléxia. Palavras e gestos de carinho, de longe ou de perto, incentivaram-me na conclusão deste trabalho. A todos e a cada envio um carinhoso beijo de agradecimento.

Agradeço aos meus pais que Deus me deu, Marco Antônio pelo carinho pela dedicação, pela amizade, e minha mãe Arlete sei que mesmo estando tão distante, está me dando forças e feliz por mim. Tenho orgulho do que estou sendo. Sempre me ensinaram o caminho certo que deveria percorrer.

Também quero dirigir os meus agradecimentos a minha orientadora, Lilian Gomes, pela sua disponibilidade e pelo acompanhamento exercido durante a execução do trabalho, A disponibilidade que sempre manifestou e a empatia com que recebeu as minhas ideias, foram o estímulo que me permitiu vencer as inseguranças deste processo.

O meu muito obrigada.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dissertará sobre o impacto da lei 10.639/03 na retirada das/os alunas/os e professoras/os da zona de conforto e discutirá o racismo e a violência e preconceito dentro da sala de aula. A aprovação dessa Lei Federal, que alterou a LDB 9.394/96, incluindo o Artigo 26-A, determina o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. O objetivo da presente monografia é analisar a violência sofrida por alunas/os negras/os dentro da sala de aula e identificar meios para, através do ensino da história e da cultura afro-brasileira, promover a afirmação da identidade negra, em condições de igualdade, mas reforçando a diferença. Buscar-se-á refletir sobre as relações raciais, noções de identidade cultural dos sujeitos, raça e racismo, mecanismos da disseminação do preconceito e da violência na sala de aula e fora dela. Finalmente, o objetivo com este estudo é aprender a perceber quanto o racismo e o preconceito na escola influencia negativamente a construção do aprendizado e suas principais consequências em todas as áreas do conhecimento, mas por outro lado, propor formas concretas de inserção do ensino da cultura e da história afro-brasileira nas escolas.

Palavras chave: Educação; racismo; preconceito; história e cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

This Course Conclusion Work brings a research about the impact of Law 10.639/03, regarding the movement of students and professors out from confort zone and will discuss racism, prejudice and violence inside classroom. The execution of this Federal Law, which changed LDB 9.394/96, including the Article 26-A, determines the teaching of history and afro-Brazilian culture in schools. Therefore, the current monographic work aims to analyze the violence suffered by black students inside classroom, indentifying means for black identity promotion – on equality conditions, but releasing the difference. Thus, a reflection about racial relations, cultural identity of subjects, race and racism, ways of prejudice spreading inside and outside classroom, will all be pursued. Finally, this research intends to learn how racism and prejudice in school impacts negatively on knowledge construction, emphasizing its main consequences over all knowledge areas. Otherwise, it is also aimed the proposition of concrete forms for afro-Brazilian culture and teaching insertion in schools.

Key-words: Education; racism; prejudice; afro-Brazilian culture.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – Ambiente escolar, racismo e preconceito e suas consequências	10
1.2 O preconceito.....	10
1.3 A contemporaneidade e o preconceito racial.....	11
1.4 O enfrentamento do preconceito e da desigualdade racial na atualidade	12
1.5 Os negros em movimento – Rompimento da invisibilidade	13
CAPÍTULO 2 – Violência racial e preconceito na sala de aula	15
2.2 Lei 10.639 e as relações interpessoais na sala de aula.....	17
CAPÍTULO 3 – Uma proposta de intervenção no ambiente escolar para a mudança dos racismos institucionalizados	20
3.2 Teatro.....	23
3.3 Desfiles e dança	25
3.4 Festas de aniversário e eventos.....	28
3.5 Capoeira.....	30
3.6 Atividades desenvolvidas na escola Geonanini Chiodi/ A África; Jogos e Curiosidades	32
3.7 A implantação da Lei 10.639/2003 em contextos de precariedade física e falta de apoio da escola	36
4 CONCLUSÃO.....	38
5 REFERÊNCIAS	40

1.INTRODUÇÃO

O racismo e o preconceito na sala de aula é uma situação cotidiana. Tal cenário se nos apresenta como uma situação embaraçosa e ao mesmo tempo desafiadora, para a qual parecemos não estar capacitados para enfrentar. Embora no Brasil não haja uma segregação entre brancos e negros nas escolas, como houve na África do Sul no período do Apartheid, há um racismo institucionalizado que muitas vezes repercute mais entre os professores que, eles mesmos, separam, segregam e naturalizam as desigualdades de cunho racial. Percebe-se o racismo institucional presente nas políticas estatais dirigidas aos negros, uma discriminação racial praticada pelo Estado quando atua de forma diferenciada em relação a esses segmentos populacionais.

O preconceito é, primeiramente, uma opinião que se emite antecipadamente, a partir de informações acerca de pessoas, grupos e sociedades, em geral infundadas ou baseadas em estereótipos, que se transformam em julgamento prévio, negativo. “Os preconceitos são opiniões levianas e arbitrarias, mas que não surgem do nada. Nem, ao contrário do que se possa prejulgar, surgem de já ouvimos antes mais de uma vez. Finalmente, à força de tanta repetição, terminamos por aceitá-los como verdadeiros. E os repetimos (Interamericano de Direitos Humanos, 1995, p. 17). O racismo remete a um conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelece uma hierarquia entre as raças, consideradas como fenômenos biológicos (MUNANGA, 2004). Doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura ou superior) de dominar outras; preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior; atitude de hostilidade em relação à determinada categoria de pessoas.(SECAD, 2006, p. 221-222).

Mas timidamente começa a entrar na pauta de discussões, nos planos político pedagógico e melhor nas metodologias e estratégias de construção do conhecimento. Se conseguirmos aprender a odiar e a não aceitar as diferenças, porque não aprenderíamos a amar e a respeitar as diferenças? Muitas vezes dentro da escola, a intolerância é camuflada, parecendo existir só no imaginário de alguns indivíduos.

Buscar-se-á neste trabalho um melhor e maior entendimento, discussão e reflexão sobre o racismo, a aplicação das leis e a análise de manifestações de intolerância resultante da aversão por meios de sinais como cor da pele ou tipo de cabelo. Vale ressaltar que o preconceito parece estar arraigado nos seres humanos. Veja como é tratada a situação dos índios, dos velhos, de crianças, doentes contagiosos, pobres, e nada é mais evidente que o preconceito contra a mulher.

A Lei 10.639/2003¹ veio para possibilitar, dentre outros aspectos, uma ampla discussão no mundo acadêmico. Neste sentido, quando se altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.349/96, parte da comunidade acadêmica acredita que esta fere princípios da Constituição de 1988, em que a mesma afirma que devem ser asseguradas a permanência e igualdade de condições de acesso à escola a todos os brasileiros. Outros acreditam que esta lei aumenta a discriminação racial no Brasil, quando cita os afro-brasileiros e ignora outros grupos e seguimentos da sociedade.

Já em 2008 foram lançadas as "Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais" na educação infantil, fundamental e médio, onde se discute e reflete-se sobre alguns temas fundamentais como: racismo, raça, ancestralidade, oralidade, cidadania, religiosidade, resistência, sexualidade, e muitos outros questionamentos que aparecem no dia a dia quando este tema vem à tona

A escolha pelo e desenvolvimento deste tema se justifica, especialmente, por se tratar de uma questão com múltiplas abordagens, e que merece ser discutida, analisada, questionada, vivida e dimensionada à sua importância na construção da cidadania e na pauta de direitos. Faz-se necessária a busca de soluções e saídas para reduzir o racismo, o preconceito e a violência na escola e na sociedade, um mal que traz graves e sérias consequências no processo de aprendizagem em todas as áreas do conhecimento.

Uma das soluções propostas para minimizar essa situação é trabalhar a identidade através do diálogo, produção de textos elaborados pelos (as) próprios (as) alunos (as), com a consequente apresentação de peças teatrais onde as mesmas possam expressar sua autoafirmação, compreendendo que é possível trabalhar sobre o racismo com atividades diversificadas desde que alguns eixos temáticos não deixem de ser abordados tais como, a história da África, os africanos no Brasil e o que é o preconceito e a discriminação racial no contexto brasileiro e mundial.

A presente monografia se organiza em três capítulos. No primeiro Capítulo trabalha-se o ambiente escolar, o racismo e o preconceito e suas consequências. No segundo Capítulo indica-se alguns elementos da violência racial e o preconceito na sala de aula. Já no terceiro Capítulo apresenta-se uma experiência de intervenção nos anos de 2014/2015 na Escola

¹ Embora o foco nesse trabalho recaia na Lei 10.639/2003 reconhecemos a importância da posterior mudança dessa Lei para a inclusão da história e cultura indígena, através da Lei 11645/2008. Contudo, a reflexão se manteve na Lei 10.639 para que fosse possível refletir sobre a população negra nas escolas. Para conhecimento da Lei 11.645 ver Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.

Geovanini Geodi em Nova Contagem, no Bairro Ipê Amarelo próximo à Penitenciária Nelson Hungria. O trabalho foi desenvolvido com crianças de 9 a 10 anos de idade. Finalmente, parte-se para as conclusões.

CAPÍTULO 1 - AMBIENTE ESCOLAR: racismo, preconceito e suas conseqüências

O cenário contemporâneo das escolas, em seus ambientes internos e externos, revela que a origem étnico-racial tem sido um determinante no tratamento diferenciado. Desde muito cedo a criança negra está sujeita aos mecanismos da discriminação presentes no interior/exterior da escola. Isto muito compromete a construção de uma imagem positiva de si, internalizando uma visão depreciativa do ser negro e, mais cruel ainda, é que constrói uma visão positiva da criança branca e pior, do ser branco. Muitas vezes na medida em que a escola, através das práticas racistas, condiciona as crianças negras ao fracasso, à submissão e ao medo, esse mesmo movimento pode levar a criança branca a perpetuar o sentimento de superioridade. Esses mecanismos atuam para excluir a criança negra da possibilidade de usufruir dos benefícios que podem resultar em uma educação promissora.

1.2 O PRECONCEITO

O preconceito nem sempre vem acompanhado de uma agressão, na maior parte do tempo são as maneiras sutis, espontaneístas, que machucam mais, onde se comprova a sua existência no subconsciente do indivíduo, gerando a ilusão de um convívio harmônico. De acordo, Crochík (1995) “o preconceito prepara a ação de exclusão do mais frágil, por aqueles que não podem viver a sua fragilidade, em uma cultura que privilegia a força” (Crochík, 1995, p.34). Já, Heler (1988) diz que o preconceito está pautado em um forte componente emocional que faz com que os sujeitos se distanciem da razão. O afeto que se liga ao preconceito é uma fé irracional, algo vivido como crença, com poucas possibilidades de modificação. O preconceito difere do juízo provisório, já que este último é passível de reformulação quando os fatos objetivos demonstram sua incoerência, enquanto os preconceitos permanecem inalterados, mesmo após comprovações contrárias. (Heler, 1988, p 27).

1.3 A CONTEMPORANEIDADE E O PRECONCEITO RACIAL

Como dito, redito e cantado em verso e prosa, a população afrodescendente, historicamente tem sido acometida por injustiças, presentes até hoje em nossa sociedade. Na atualidade verificam-se resíduos de todo um processo histórico, onde os negros continuam, em sua maioria, sofrendo com atitudes preconceituosas e discriminatórias em todo seguimento da sociedade.

Assim a discussão hoje é o enfrentamento da questão racial, onde o racismo e o preconceito se apresentam como questão social, histórico, econômico, cultural e social, necessitando de profissionais críticos, governantes proativos e competentes para intervir na situação.

A questão racial na contemporaneidade é “mascarada”, percebida nas diversas instâncias da vida, onde se verifica as desigualdades sociais e raciais em todos os setores. Para se ter noção da dimensão de tamanho preconceito e discriminação sofrida pela população afrodescendentes em nosso país, basta analisarmos dados do censo, quando nos traz o quesito do rendimento médio da população. “Os rendimentos médios mensais dos brancos (R\$ 1.538) e amarelos (R\$ 1.574) se aproximam do dobro do valor relativo aos grupos de negros (R\$ 834), pardos (R\$ 845) ou indígenas (R\$ 735).” (IBGE 2010).

O preconceito sofrido por este segmento populacional se apresenta, nos diversos contextos: nas escolas, universidades, em postos de trabalhos onde negros, como indicado nos dados acima, tem salário significativamente inferior em relação a população branca, dentre outros. Este preconceito não é fruto da contemporaneidade, mas sim histórico construído desde os primórdios da sociedade brasileira.

Vive-se hoje numa sociedade que vê e prevê a exclusão e a desigualdade, e exclui para incluir precariamente. As políticas afirmativas buscam superar as desvantagens instituídas historicamente para que a população negra e outros grupos de pessoas discriminadas possam alcançar a igualdade constituída em Lei. Lamentável, mas já é alguma coisa.

1.4 O ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO E DA DESIGUALDADE RACIAL NA ATUALIDADE

A temática da questão racial e a discriminação na contemporaneidade no ambiente escolar atinge e aborda muitas perspectivas, algumas até se contradizem. Por outro lado, todas são próximas na referência do processo sócio histórico. Como se pode ver, sentir e observar no cenário brasileiro há desigualdades de cunho racial e social que estão diretamente relacionadas, e que precisam ser encarada como questões de todas e todos nós. A utilização de políticas afirmativas visa favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, religião, sexo e etnia. Os governantes, nas esferas municipal, estadual e federal, têm implementado ações afirmativas em diferentes áreas. Por exemplo, na área da educação temos a criação de cursos preparatórios para vestibulares para negros, bem como cotas para estudantes afrodescendentes entrarem nas universidades.

A formulação de uma concepção crítica do racismo, enquanto questão social, tanto pela sociedade como pelas políticas públicas, tem sido lenta. “Muitas vezes se ignora por que o usuário dos serviços sociais é majoritariamente negro, por que são as mulheres negras as chefes de família que recebem salários mais baixos e por que são as crianças negras quem mais precocemente ingressam no mercado de trabalho e abandonam a escola.” (Amaro, 2005, p. 79)

Percebe-se que as ações, e políticas afirmativas, são as únicas políticas desenvolvidas na contemporaneidade para minimizar a desigualdade racial, assim as ações afirmativas tem apoio e respaldo legal e fixam princípio fundamental no Brasil para a promoção do bem geral, que deve passar necessariamente pela superação de preconceitos discriminatórios. A “Lei de Cotas” prevê a inclusão de parte da população para chegar ao ensino superior, e a outra grande parte que não tem nem acesso à educação fundamental, escolaridade não lhes é proporcionado o exercício da cidadania e sua formação como sujeitos.

Por maiores que sejam os investimentos na inserção dos negros nas instituições de ensino, ou no mercado de trabalho a discriminação persiste. Diante desta realidade a sociedade e seus governantes precisam intervir, embasados por leis mais severas, pelos códigos de ética: todos lutando pelo direito de acesso as políticas públicas, na defesa dos direitos humanos destas minorias.

Munanga (1988) afirma que:

Em cima dessa imagem, tenta-se mostrar todos os males do negro por um caminho: a Ciência. O fato de ser o branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessitava de uma explicação científica. Uma primeira tentativa foi a de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma. (Munanga 1988, p. 14-15).

As políticas de ações afirmativas têm o critério de discriminação positiva e são capazes de realizar a inclusão de afrodescendentes na sociedade. Assim, através destas podemos nos direcionar e promover a igualdade, porém devem ser vistas como um direito e não como um favor. Não se pode esperar que todas as mudanças venham das políticas de ações afirmativas. As políticas públicas precisam estar articuladas. Por exemplo é preciso fazer a interlocução entre a assistência social, as guardas escolares com as políticas de ações afirmativas. No exercício do magistério a de crianças de 9 a 10 anos, vivencio experiência que cria a necessidade de diálogo com esses outros profissionais, conforme se indicará no Capítulo 3.

Assim, fica evidente que para o enfrentamento desta questão ainda se apresentam grandes desafios para todos. O racismo e a discriminação devem ser encarados sem pudor, de forma clara, crítica, transparente e consciente.

1.5 OS NEGROS EM MOVIMENTO: ROMPIMENTO DA INVISIBILIDADE

Na atual conjuntura, no século XXI, é importante considerar a invisibilidade imposta aos negros, mas em particular às mulheres negras. Essa discriminação foi construída historicamente no cenário das relações de gênero e raça, desencadeando profundas exclusões. Coelho (2009) indica que essa reprodução se dá por duas razões: em primeiro lugar, porque as instituições são formadas por agentes sociais que, a despeito dos hábitos diversos, contribuem para a reprodução das estruturas da cultura dominante, no que tange à questão racial e de gênero; em segundo lugar, porque a instituição se omite a cumprir a sua função de fazer emergir um novo hábito, profissional, no qual o preconceito, o racismo e a segregação não se manifestem, ainda que persistam na convicção de cada um dos agentes. (Coelho, 2009, p. 34).

Nesta perspectiva, uma parte da sociedade clama e aponta para a necessidade de ampliar o enfrentamento do abuso relativo às minorias excluídas, no campo dos direitos humanos.

Em relação a exclusão, Paulo Paim, em 2007, disse que

É engraçado que um silêncio gritante se fez presente nesses 119 anos. Tem gente que não gosta desse assunto. Tem gente que não quer que falemos que ainda há muita discriminação, que há muito preconceito. Sem dúvida nós avançamos, mas algo está errado. A maioria do nosso povo negro permanece morando em favelas, trabalhando nas casas como domésticos, fora das universidades, do Parlamento, do Executivo, e dos primeiros escalões das áreas pública e privada, a não ser como exceções. É esse preconceito velado que queremos eliminar. (Paulo Paim, 2007).

Os desafios para a consolidação da democracia racial e contemplação dos direitos das minorias excluídas ainda são diários e de todos, mas também é fato que muitas coisas mudaram nessas últimas décadas. Merecem destaque os homens e mulheres que, por meio do movimento negro, junto a outros movimentos sociais, cumprem importante papel nas denúncias e no desmascaramento do racismo, explicitando a desigualdade entre as raças e a necessidade de superação dessa realidade. Dentre os inúmeros desafios que têm sido enfrentados pelos movimentos sociais na denúncia das desigualdades de cunho racial estão aquelas ligadas ao questionamento da democracia racial no Brasil (Guimarães, 1999) e apontam que o racismo gerou profundas desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros (Silva, 2000, p. 33-52); e indicam que, também no Brasil, é possível falar em “desigualdades raciais” (Hasenbalg, 2005, p. 123), que se expressam em termos de desigualdades socioeconômicas (Henriques, 2000; Jaccoud; Beghin, 2002, p. 15-35; Carvalho, 2006). Identifica-se que várias são as demandas reprimidas ligadas a esses grupos que interseccionam gênero e raça (Carneiro, 2000; Roland, 2000, p. 237-256), sindicalismo e raça (Bento, 2000, p. 325-357), território e raça (Costa, 2008, Leite; Mombelli, 2005) e educação e raça (Gomes, 2009a; Feres, Zoninsein; Feres Junior, 2008). A presente monografia pretende enfrentar as questões ligadas a essa última temática que compreende que a realidade de mudanças no modo de ver o mundo sem preconceito passa pela educação, principalmente nas escolas de ensino infantil.

CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA RACIAL E PRECONCEITO NA SALA DE AULA

A Educação é um direito estabelecido pela Constituição Federal, (Art. 208, inciso IV. CF/88), como direito de todas as crianças em idades de 0 a 6 anos em instituições públicas de ensino. Outro documento importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garante o direito à

[...] liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas no processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas Leis; [...] a educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, [...] igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitados por seus educadores; e ter respeitado os valores culturais, artísticos e históricos próprios no contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a este a liberdade de criação e o acesso às fontes culturais. (Freire, 1996, p.66).

O que se deve compreender é a necessidade de uma educação igualitária, que propicie uma convivência pacífica e respeito de fato leis já estabelecidas para tal. É através da educação que se vai garantir não só o pleno desenvolvimento da pessoa, mas sua liberdade como ser humano, visto que a lista de problemas enfrentados pelos negros é ampla, estando sempre em luta por igualdade e respeito.

(...) O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (...) é nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da tecnicidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. (Freire, 1996. p. 66).

O preconceito é um sentimento muito ruim, mas quando o temos, muitas vezes, está de tal forma arraigada que nem se percebe que o tem. É um sentimento que muitas vezes antecede a razão, sempre vem carregado de ódio, dor e sofrimento. Nas escolas vivenciam-se esses sentimentos e só os alunos sabem a dor que é.

No Brasil tem em sua brasilidade a presença do índio, do negro e do branco, determinando assim a miscigenação. Percebe-se a enorme influência de cada um deles na construção da sociedade como um todo, mas em contrapartida a inferiorização de negros e índios em detrimento de brancos. A escola tem tido dificuldade em trabalhar a heterogeneidade cultural, na maneira de pensar e de nos referir aos índios, aos negros, aos deficientes e aos pobres dentre outros. Apesar de inegáveis avanços no plano pedagógico e de experiências muito exitosas que vem sendo conduzidas em muitas escolas brasileiras, são imensas as dificuldades dos professores em trabalhar com as diferenças. Apesar disso há um esforço em entender as raízes dos preconceitos, da discriminação, da violência a que estão submetidos os negros e os índios. Requer-se um reconhecimento desses grupos sociais em seu dinamismo, em sua positividade, ressaltando aquilo que pode produzir representações e práticas de valorização cultural bem como a compressão de que a desigualdade do presente foi forjada em determinados jogos de poder, devendo ser problematizadas para que possamos construir uma sociedade mais justa e verdadeiramente democrática.

Assim a escola não poderá ficar alheia à questão do racismo, do preconceito e das adversidades, senão corre o risco de contribuir para perpetuar ações discriminatórias, que envolvem a situação branca dominante, em detrimento aos alunos negros. A escola forma e constrói pensamentos e conhecimentos, e os alunos constroem a imagem que definirá a sua identidade e de seu povo. As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial, que pode lhes permitir superação da introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória. (Gomes 2003, p.167).

No contexto escolar se o aluno negro receber humilhações e discriminação e o aluno branco também vivenciar esta situação, certamente aprenderão a se ver como seres diferentes, um inferior e o outro superior, passando por um processo até de inconsciência coletiva na tentativa de ser ou não ser aceito pelos outros, fomentando assim padrões dominantes na sociedade. A escola como espaço de todos (público) se caracteriza em ser plural e diversificada, devendo garantir o acesso e a permanência de todos os indivíduos. Ela erra quando apresenta a/o aluna/o negro com referências de diferenciações tais como: aquele negrinho inteligente, aquele negro alegre ou lindo, como se tivesse valor diferenciado e, o mais preocupante, é que muitas vezes este sentimento está institucionalizado nas pessoas, sai da boca sem se perceber. A escola se esvazia de conteúdo quando não reconhece a existência

do racismo no nosso país, bem como da necessidade de valorização dos negros, dos índios, dos pobres e de outra qualquer minoria excluída. Muitas vezes a escola oferece uma postura de passividade e de naturalização em relação ao descaso e ao preconceito no que se refere aos alunos negros.

2.2 LEI 10.639/2003 E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA SALA DE AULA

Por muitos anos a sociedade brasileira se valeu muito de valores embranquecidos, valores pautados por uma visão equivocada instituída pela colonização portuguesa, onde sempre se negou a cultura afro-brasileira, fazendo com que o racismo e o preconceito permanecessem vivos até os dias de hoje. Ki-Zerbo (2006) afirma:

A África é o berço da Humanidade. Todos os cientistas do mundo admitem hoje que o ser humano emergiu na África. Ninguém o contesta, mas muita gente esquece isso. Estou certo de que se Adão e Eva tivessem aparecido no Texas, ouviriam falar disso todo dia na CNN. É verdade que os próprios africanos não exploram suficientemente esta “vantagem comparativa”, que consiste no fato de que a África foi o berço de invenções fundamentais constitutivas da espécie humana durante centena de milhares de anos. Foi a partir do continente africano que o Homo Erectus, graças ao fogo que descobriu (Prometeu também era africano) e graças a bi face – instrumento e arma muito eficiente - pode migrar para a Europa: outrora no Norte do planeta, coberta de calotas geladas, a vinda era impossível; não há vestígios humanos na Europa, nos períodos mais recuados. (KI-ZERBO, 2006, p.13).

A Constituição Federal de 1988 oportunizou um pouco mais às minorias excluídas, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade. Diante de tanta necessidade e da exigência de uma sociedade mais justa, em 1996 foi aprovada a LDB (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL) confirmando a necessidade e importância de ações transdisciplinares, com evidência ao resgate da cultura popular e a valorização da pluralidade cultural.

No artigo 26 da LDB é bem expressa a questão da Diversidade, onde afirma-se a necessidade de se respeitar as características regionais e locais da sociedade, assim como uma base comum: “ (...) assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos

de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social (...).” (Brasil, 1988, p. 1).

Em 2003, foi promulgada a Lei 10.639, com ênfase numa nova abordagem aos temas africanos no contexto educacional, tornando obrigatório o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira, tornando assim um grande desafio para as instituições públicas e privadas.

A Lei 10.639 em toda a sua dissertação apresenta ao estado de direito e a toda a sociedade muitos subsídios e sugere medidas e atitudes de todos para rever e até pagar aos afrodescendentes danos morais, políticos e educacionais sofridos desde o regime escravagista até hoje. A Lei busca também medidas e iniciativas de combate ao racismo, convívio com a diversidade e abolição de qualquer segregação.

Nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) 1998, está explícito que: o acesso ao tema pluralidade cultural pode contribuir para a adoção de uma postura não preconceituosa e não discriminatória diante das manifestações e expressões de diferentes grupos étnicos e sociais e das pessoas que deles fazem parte. Serve também para o reconhecimento da contribuição das diversas culturas presentes no Brasil no processo de constituição da identidade de nossa nação.

São muitos as questões importantes de serem discutidas e que foram oportunizadas através da promulgação dessa Lei, problemas arraigados na sociedade que já ultrapassaram o debate sobre ser contra ou a favor de políticas específicas e direcionadas à questão racial. O aspecto central é a formação de cidadãos que construam sua história como sujeitos e se responsabilizem por ela em todas as áreas do conhecimento. Uma questão importante que justifica a necessidade de uma legislação específica e direcionada é a necessidade de reconhecimento do valor da história, da cultura e toda a contribuição do negro para a formação do povo brasileiro: “qualquer política que, operando com o critério de discriminação positiva, vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, religião, sexo e etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais.” (Amaro, 2005, p. 74).

Também é proposta implícita na Lei 10.639/2003 é a desconstrução do mito da democracia racial. Muitos são os desafios da educação antes e depois da promulgação desta Lei. Dentre os diferentes impactos um deles foi o de retirar o professor e os gestores da zona de conforto em relação a conteúdos abordados, em busca do que realmente é importante para

a construção de uma sociedade mais justa, onde instigue toda a comunidade escolar a inserir todos no contexto escolar e social.

A Lei impõe uma discussão mais objetiva da comunidade pedagógica, levando a criar procedimentos didáticos pedagógicos em relação ao tema, onde se pode relacionar escola, conhecimento, cultura e diversidade étnica a fim de incluir a questão em afro-brasileira no sentido do direito.

Um ponto importante desta Lei é que se tornou um marco político e legal, onde a formação continuada, que sempre fora considerada uma inverdade junto ao ensino e aprendizagem na educação escolar de um modo geral, nela torna-se obrigatório, o estudo da história e da Cultura Africana e Afro-brasileira.

No entanto, esta Lei e qualquer outra, como cotas nas universidades, deve apresentar uma reflexão partindo da existência da interseccionalidade entre gênero e raça, argumentando a coexistência entre as mesmas. Portanto, com este trabalho pode-se lembrar o que diz Beto Guedes, na sua canção, "a lição já sabemos de cor só nos resta aprender."

CAPÍTULO 3 – UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR PARA A MUDANÇA DOS RACISMOS INSTITUCIONALIZADOS

Desenvolveu-se um trabalho de intervenção na escola Giovanini Giord localizada na região de Nova Contagem no Bairro Ypê Amarelo, próxima à Penitenciária Nelson Hungria, com alunos de 9 a 10 anos. A escola tem uma baixa estrutura e falta apoio pedagógico. Quando a autora assumiu o cargo em 2014 e logo percebe que as crianças não usufruíam de apoio familiar. O preconceito e o racismo caminhavam juntos, fazendo dessas crianças pessoas extremamente agressivas, ocorrendo brigas constantes e xingamentos em todos os níveis.

Desenvolveu-se então um trabalho na tentativa de resgatar a autoestima e a afirmação da identidade racial daquelas crianças. Estas não se enxergavam como negras, tendo vergonha, até e mesmo, da localidade onde moravam. Passou-se a trabalhar sua identidade, seus valores, e sua ética, fazendo festas de aniversários, comemorando datas dos eventos anuais, promovendo teatros, foi dada oportunidade as crianças representar, desfilar, dentre outros exercícios propostas no período. As crianças precisavam se ver como negras, aprendendo a respeitar a imagem que tem de si e do outro.

Descreve se a alguns elementos dos eventos mencionados acima o que auxiliará na compreensão de como é possível, mesmo com condições precárias, aplicar a Lei 10.639/2003 afirmando a identidade negra na luta pela construção de um cenário de igualdade entre os diferentes grupos. Começando pelo teatro, em seguida desfiles; danças; festas de aniversário ; eventos; capoeiras; e muita atividade desenvolvida na escola Geonanini Chiodi sobre a África ;jogos e suas curiosidades.



2



^{2 2} Todas as fotos apresentadas nesse trabalho foram realizada pela autora ,e tem autorização, para uso, dos responsáveis das crianças ,estando arquivadas na instituição.





3.2 TEATRO:

Tornou se como referência um fato acontecido em sala de aula, em 2014, quando houve uma agressão verbal seguida de violência física, gerando inclusive reunião com os respectivos pais responsáveis das crianças envolvidas. Posteriormente o ocorrido foi registrado em ata.

O episódio foi sendo trabalhado através de muitas conversas e diálogos. Propos-se as crianças no dia da festa de conscientização negra reproduzir esse fato em uma sena de teatro.

Que foi muito prazeroso os alunos montar as peça ver que esse episodio puderam reverter em ponto de reflexão positiva no seu dia a dia.





3.3 DESFILES E DANÇA

Na semana que se celebra a Consciência Negra promove-se um lindo desfile para eleger a Beleza Negra. Houve júri, plateia e até convidados especiais (um representante do

Colegiado) para presenciar um desfile feito por essas alunas/os. Não foi fácil, devido a timidez e acanhamento de algumas crianças que ali estavam participando. No final do desfile, foram eleitos então, a beleza negra feminina e masculina da escola.. Por meio desse desfile, foram trabalhados valores e conceitos a respeito do Dia da Consciência Negra, bem como, sua importância para nossa sociedade.

Aos poucos percebem-se as mudanças nas atitudes das crianças, no convívio com os demais colegas, o sorriso e o prazer delas em comparecer à escola. Elas se tornaram assíduas no ambiente escolar, não se agredindo mais. Diminuindo também os furtos e xingamentos em sala de aula.





3.4 FESTAS DE ANIVERSÁRIO E EVENTOS

De três em três meses foi oferecida uma festa para todos os aniversariantes do período. Além da confraternização as crianças demonstrava a capacidade de organização destes eventos.





3.5 CAPOEIRA

Os alunos fizeram uma apresentação de capoeira para toda a comunidade escolar em comemoração ao dia da Consciência negra. Além do corpo a capoeira também ajuda as crianças a exercitarem a mente. Ao estimular a percepção da criança, trabalha suas habilidades e capacidades de interpretação e organização das informações, as quais são muito importantes nessa fase em que a criança está em pleno processo de construção do conhecimento sobre si mesma e do mundo que a rodeia, aprende a controlar suas reações emocionais centralizadas em si mesmas e adapta suas condutas aos hábitos culturais do seu grupo social. Um esporte é, portanto, fundamental para um desenvolvimento pleno do ser humano.



3.6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ESCOLA GEONANINI CHIODI. A ÁFRICA, SEUS JOGOS E CURIOSIDADES.

Inicia na atividade em “roda de conversa” explicava –se um pouco sobre a África com a ajuda de materiais gráficos como revistas, fotos, e desenhos. Propõe uma discussão sobre o tema, para tentar colher dados e informações que eles apresentem e a partir disso, adicionar e enriquecer a conversa com novas informações. Propunha-se a montagem de um trabalho coletivo que envolvesse o que foi discutido anteriormente, registrando o que cada um mais gostou. Esse trabalho foi feito com colagem de recortes do material apresentado no começo da discussão e desenhos das próprias crianças. Em um mapa do mundo elas olhavam faziam perguntas. Foi , explicando a elas que aquele desenho era o mapa do mundo; mostrei os continentes, o Brasil, o estado de Minas Gerais ,Contagem e alguns outros pontos importantes. Foi indicando no mapa onde era a África e fornecidas algumas informações sobre o continente. As crianças se surpreenderam em saber que algumas brincadeiras realizadas como (pular corda, batata quente...)tiveram origem na África. Desenvolveram -se se conceitos, atitudes e procedimentos, de forma lúdica e prazerosa.











3.7 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 EM CONTEXTOS DE PRECARIIDADE FÍSICA E FALTA DE APOIO DA ESCOLA

No entanto, apesar da importância de todas as atividades descritas acima o que mais indignava era a falta de apoio do corpo docente e da direção. Estas atividades discutidas foram desprezadas, criticadas e julgadas como uma perda de tempo. Foram motivo para a direção fazer advertências, tentando desestimular o trabalho. Todavia aceitou o desafio .

Na escola acontecem muitos casos de racismo, de preconceitos e discriminação, onde muitas vezes o professor não consegue minimizar o problema por falta de experiência, de qualificação e, até mesmo, por incapacidade em lidar com a diferença, ficando perdido e sem saber como reagir nos momentos que exigem a sua intervenção para que o problema não se torne uma agressão mais séria. Munanga afirma que: “essa falta de preparo que, devemos considerar com reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida o objetivo fundamental de nossa missão, no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis pela amanhã”. (Munanga 2008, p. 11).

Sabemos que muitos professores não têm a oportunidade de fazer um curso de qualificação voltado para relação étnico-raciais . Por esse motivo deixam a desejar quando se trata da temática em questão, e muitas vezes, por falta de preparo ou por preconceitos introjetados, não sabem se aproveitar das situações flagrantes de discriminação racial na escola. Há momentos pedagógicos privilegiados para discutir a diversidade e conscientizar alunos sobre sua importância e riqueza, onde o objetivo de todos é dar sua contribuição e ajudar nesse processo transformador tão necessário e urgente. Se a linguagem do corpo é especialmente destacada nas séries iniciais, por que não apresentar danças africanas, jogos como capoeira e músicas, como samba e maracatu, brincadeiras como pular corda, batata quente, esta levando os alunos a pesquisarem curiosidades do continente africano. Esse desafio foi colocado em prática, e no caso presente tornou-se vitorioso.

Houve casos em que muitas vezes precisou se convocar órgãos governamentais para que interviessem. Para um aluno de 9 anos que vinha sendo violentado sexualmente pelo irmão e tendo a mãe como usuária de drogas. Teve -se que chamar a Assistente Social e a Guarda Escolar. Quando outra aluna foi espancada pelo pai foi necessário convocar o Conselho Tutelar da município , mesmo contrariando a direção da escola que não queria se expor devido ao fato do bairro ser perigoso e violento.

Um caso comovente foi o de uma aluna de 6 anos, sempre muito triste, suja, aos farrapos e cabisbaixa. Resolveu providenciar-se produtos de higiene, roupas e todos os dias, foi trabalhando sua autoestima, sua cor de pele, seu cabelo e assim, aos poucos, sua aparência, seu sorriso e o convívio com as crianças foi melhorando. Ela passou a se olhar no espelho e não sentir mais vergonha de ser negra, sobressaindo nos estudos, participando dos eventos que propúnhamos desenvolver em minha sala. Esse trabalho durou 2 anos. Muito árduo, mas gratificante. Obteve se o reconhecimento das crianças, com o relacionamento entre elas tornando-se cada dia melhor bem como o desenvolvimento escolar. As famílias passaram a ser mais presentes nas reuniões de pais e convocações, com notícias ruins, mas também com elogios. Presenciava se o choro emocionado de mães orgulhosas dos trabalhos desenvolvidos por seus filhos.

Foi produzidos pela autora vídeos sobre consciência negra e trabalhou no decorrer dos dois anos a Lei 10.639. Percebe-se que onde as crianças se auto reconheceram como belas negras, orgulhando-se do que fizeram. Por fim, apresentou-se esse trabalho para a escola, mostrando aos corpo docente que com pequenas atitudes pode-se fazer a diferença.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho dissertado o impacto da lei 10.639/03 na retirada das/os alunas/os e professoras/os da zona de conforto e discutiu de que modo o racismo, a violência e o preconceito operam dentro da sala de aula. Com esta reflexão se percebe que o racismo ainda é pouco problematizado nas escolas.

Contudo, no seguimento educacional e, principalmente, no ambiente escolar o racismo ainda é presente. Por esse motivo a Lei 10.639/2003 é fundamental para a mudança nos patamares de desigualdades étnico-raciais, com potencial para alterar a violência sofrida por alunas/os negras/os dentro da sala de aula. Através da experiência apresentada no Capítulo 3, da presente monografia, na Escola Municipal Geovanini Giodi indicamos meios para, através do ensino da história e da cultura afro-brasileira, promover a afirmação da identidade negra, em condições de igualdade, mas reforçando a diferença.

Percebeu-se também que há uma corrente favorável à mudança deste paradigma e há uma outra corrente que diz que a lei fere os princípios constitucionais, que no artigo 5, diz que "devem ser assegurado a todo brasileiro, igualdade de condições para acesso e permanência na escola" (Constituição Federal, 1988).

Há quem acredita que esta Lei privilegia os afro-brasileiros, aumentando e fomentando a discriminação racial no Brasil. Este trabalho buscou demonstrar o contrário, pois através da experiência profissional no mundo da educação e o dia-a-dia da escola, identifica-se que o racismo está presente várias formas de discriminação racial, e a Lei foi um aporte para que se possa trabalhar a história e a cultura afro-brasileira, afirmando a identidade negra dos nossos alunos. Contudo, é muito triste o distanciamento entre professor e alunas/os negras/os, o que fica mais evidente quando se trata de crianças. Há quem cometa a atrocidade de estabelecer comparações entre crianças brancas e negras. Constata-se na literatura e na prática escolar que, apesar do racismo se constituir em uma questão real, alguns professores e gestores ainda se posicionam, muitas vezes, de forma tímida, tentando resolver esta questão apenas quando esta se manifesta.

Este trabalho não apresentou uma fórmula para solucionar a questão do racismo e preconceito na escola, mas uma reflexão e experiência prática de que mesmo em contextos de precariedade física e falta de apoio da escola e da indiferença do restante dos colegas e da

direção. Conseguiu-se propor formas concretas de inserção do ensino da cultura e da história afro-brasileira nas escolas. É necessário muito trabalho, muito empenho de todas/os as/os envolvidas/os no processo educacional, desde as autoridades governamentais até as condições que a escola se apresenta. É preciso estratégias metodológicas, implementação de ideias para proporcionar a alunas/os, professoras/es, gestoras/es, comunidade escolar e sociedade, um entendimento, compreensão e sensibilização a respeito deste tema que é muito doído, mas precisa ficar evidente para ser superado.

JUSTIÇA!

5.REFERÊNCIAS

- AMARO, Sarita. A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 81. São Paulo: Cortez, 2005.
- AVRITZER, Leonardo (Org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009b.
- ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 123 p.
- BAIROS, Luiza Helena de. Desigualdades raciais e políticas públicas. BH: UFMG/FAE, 2004. 1 DVD (ca 50 min.): son., color.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-57.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Racismo no trabalho: o movimento sindical e o Estado. In: LYNN, Huntley; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (Org.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 325-342.
- BRASIL, Planalto. Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em: ago/2015.
- BRASIL, Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.
- GOMES, Nilma Lino (Org). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003. Brasília: MEC, UNESCO, 2012.
- JACCOUD, Luciana Ramos de; BEGHIN, Nathalie; IPEA. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002. 151 p.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986. 88p.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1999. 140 p.

RIBEIRO, Matilde. (Org.). As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas. São Paulo. ed. Perseu Abramo: 2012. 287p.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro, ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990 90 p.

PLANO nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira africana. Brasília (DF): Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, [2004]. 102 p (Internet)

BRASIL. Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Pnad 2009). Campanha contra racismo reforça direitos de crianças e adolescentes. Disponível em:< BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988>. Pesquisa em 03/08/15

BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.pesquisa em 30/07/15 - 10:35hs

BRASIL. Portaria nº 99, de 29 de julho de 2009. O Secretário De Educação Continuada, Alfabetização E Diversidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 39 do Decreto 5.159, de 28 de julho de 2004. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria99.pdf>>.Pesquisa em 01/08/15 05:25

Brasil Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.

COSTA, Angela Maria Faria da. Quilombos urbanos, segregação espacial e resistência em Porto Alegre (RS): uma análise a partir dos quilombos do Areal e da Família Silva. 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16006/000679141.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p. 447-451.

COSTA, Ivan Rodrigues. CONAQ: um movimento nacional dos quilombolas. 2008. Disponível em: <<http://www.iroh.in.org.br/onl/new.php?sec=news&id=3231>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

COSTA, Ivan Rodrigues; PEDROSA, Luis Antônio Câmara. Mobilização do povo negro do quilombo Frechal / Mirinzal-MA. In: SMDDH/CCN-PVN. Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista. Maranhão: Projeto Vida de Negro, 1996. p. 115-123.

COSTA, Sérgio. As cores de Ercília: esfera pública, democracia e configurações pós nacionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

RIBEIRO, Matilde. Análises e Propostas. As políticas de desigualdades. Abril de 2009. www.educacaoeracismo.com.br – pesquisa em 17/08/15 -09:16hs.

PINTO, R. P. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1993.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria nacional de estado dos direitos humanos. Direitos humanos no cotidiano. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/142529/t/lei-aurea-uma-abolicao-nao-concluida>).

MUNANGA, Kabengele. A identidade negra no contexto da globalização. IN: Ethnos Brasil, Ano I – nº 1, março de 2002, pp.11-20. – UNESP.

MUNANGA, K. Superando o Racismo na escola. 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MEC/SECAD. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CHINELLI, Filippina. Três décadas de discussão sobre algumas formas de mobilização popular no Brasil. In: VALLADARES, Lícia do P. (Coord.). Research project on urbanization and models of development in Latin America. Princeton; Rio de Janeiro: URBANDATA / IUPERJ-UCAM, 2003. Disponível em: <http://www.prc.utexas.edu/urbancenter/> Acesso em: 10 mar. 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Negros e política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Editor, 2005a.

GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 7-19.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva, Série Cadernos do Centro de Estudos Jurídicos, Brasília, n. 24, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação Anti Racista, caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b. p. 39-64. (Educação Para Todos). 289

GOMES, Sandra. O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso da Assembléia Nacional Constituinte. Dados Revista de Ciências Sociais, v. 49, n. 1, p. 193-224, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Apresentação. In: LYNN, Huntley;

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (Org.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 17-30.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo / Ed. 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo / Ed. 34, 2005 [1999].

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. As elites de cor e os estudos das relações raciais. Tempo Social (Rev. Sociol. USP), São Paulo, v. 8, n. 2, p. 67-82, out. 1996b. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol08n2/as%20elites.pdf>>.

Acesso em: 02 nov. 2009.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Cor, classe e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996a. p.143-157.

GUIMARÃES, Eliane Silva. Propriedade e conflitos: transmissão do patrimônio rural para libertos (Vale do Paraíba Mineiro – 1850-1920). In: MOTTA, Márcia Menendes;

OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de (Org.). Históriaagrária: propriedade e conflito. Guarapuava: UNICENTRO, 2009a.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. Culturas brasileiras da participação democrática. In:

HELER, A. Sobre os preconceitos. In: Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e terra, 1988.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005 [1979].

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. IPEA. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0807.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2006.

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In:

LYNN, Huntley; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (Org.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 33-51.